

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-03-19

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Lázaro, J. (2018). «Agarra, que é grevista!» (1872-1894): um olhar sobre a repressão e o policiamento nos periódicos operários (uma investigação em curso). In Cátia Teixeira, Raquel Varela (Ed.), *Actas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. (pp. 73-80). Lisboa: Instituto de História Contemporânea.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Lázaro, J. (2018). «Agarra, que é grevista!» (1872-1894): um olhar sobre a repressão e o policiamento nos periódicos operários (uma investigação em curso). In Cátia Teixeira, Raquel Varela (Ed.), *Actas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. (pp. 73-80). Lisboa: Instituto de História Contemporânea.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**6. «Agarra que é grevista»¹ (1872-1894)
um olhar sobre a repressão e o policiamento nos periódicos operários
(uma investigação em curso)**

João Lázaro, ISCTE (CIES-ISTE), Bolseiro de Doutoramento FCT

joaodizlazar@gmail.com

As sociedades europeias na segunda metade do século XIX são caracterizadas pela consolidação e o desenvolvimento das práticas policiais, nomeadamente, nos grandes centros urbanos. A sociedade liberal demonstrava uma grande preocupação à questão da ordem pública, com os regimes liberais alarmados pelos históricos acontecimentos que outrora tinham mergulhado a Europa na “desordem” e “revolução”, particularmente a Revolução Francesa, a Primavera dos Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871). O historiador inglês Eric Hobsbawm fez notar que depois de 1848 muitos estados europeus fizeram questão de edificar na máquina do estado «forças policiais modernas, em muitos casos nacionais»². O movimento operário e corpos policiais são ambos, em certa medida, construções históricas das sociedades liberais, embora o primeiro seja resultado de uma direta necessidade de consolidação e salvaguarda do estado liberal.

Em Portugal vários estudos³ focam a sua atenção na construção de um sistema policial moderno, com as forças da ordem pública a incorporar uma vertente acentuadamente militarizada, a praticar trabalho de controlo sobre eventuais desordens públicas e uma atitude vigilante e punitiva, com base em normas de natureza morais e de salubridade. Nesta lógica diversos estratos da sociedade, entre os quais os chamados grupos marginais (caso das prostitutas e mendigos) e os grupos tendencialmente subversivos (caso do movimento operário) estavam sob um atento e vigilante olhar policial.

Portugal da segunda metade do século XIX vai desfrutar de uma estrutura policial inspirada no caso do Reino Unido, nomeadamente de Londres que será o grande modelo aplicado um pouco por toda a Europa e na América do Norte⁴. Os corpos policiais modernos surgem em Portugal com a criação das Guardas Municipais (1834) e, sobretudo, com a Polícia Civil (1867). Estas autoridades de ordem pública eram tuteladas diretamente, ou indiretamente,

¹ O Pensamento Social, 25 de março de 1873, 2.º ano, N.º 49, p. 1.

² Hobsbawm, Eric, (2001), A Era das Revoluções, Lisboa, Editorial Presença, p. 196.

³ Gonçalo Rocha Gonçalves, Marco Pova, Maria João Vaz e Diego Palacios Cerezaes.

⁴ Confrontar, Gonçalo Rocha Gonçalves, (2012), Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910, Dissertação de Doutoramento, The Open University (Reino Unido).

pelo Ministério do Reino (Interior), Governador Civil e Câmara Municipal. Se a Guarda Municipal era uma força mais musculada e militarizada com uma componente de mobilidade que permitia ser chamada a intervir no espaço público quando a desordem já estava de facto a acontecer, a Polícia Civil era um corpo menos militarizado, com a tarefa de policiar as capitais de distrito, realizando um patrulhamento a pé e preventivo. A lógica policial ao longo dos anos sofreu várias reorganizações, nas quais é de destacar a de 1893 que nomeava como comandante da Polícia um oficial superior do Exército⁵.

O período balizado neste artigo corresponde a uma época em que o movimento operário português apresenta sinais de uma vertente organizacional e ideológica crescente, intensificando e mobilizando um debate público sobre o universo operário, nomeadamente através do desenvolvimento da imprensa operária e da constituição de estruturas organizativas e representativas do mundo operário das quais é de destacar as inúmeras associações de classe que acabam por se tornar núcleos fundamentais de direção das lutas operárias mesmo não estando legalizadas. Efetivamente nos últimos quartéis do século XIX o movimento operário é caracterizado por uma implosão do ordeiro *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, um espaço que virá a ser preenchido pela *Fraternidade Operária* que, por seu turno, dará origem ao *Partido Socialista*. Ou seja, estamos perante um período onde o socialismo português é encabeçado por um leque novo de dirigentes (José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Oliveira Martins, Nobre França, José Tedeschi, etc..), acompanhados por históricos dirigentes da década de 50, caso de um Sousa Brandão ou de Carlos Ramiro Coutinho (Visconde de Ouguela). Ou seja, um período caracterizado pela decadência do chamado *socialismo utópico* (totalmente dominante entre 1850-60) face à ascensão do denominado *socialismo científico*. Um reflexo do que sucedia no plano internacional, nomeadamente com a edificação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), fundada em 1864 e a Comuna de Paris de 1871. Segundo a historiadora Ana Maria Alves a Comuna de Paris terá sido nuclear para estimular os «esforços em Portugal para o levantamento do partido operário [e socialista]»⁶. Algo reconhecido pelo próprio movimento operário português na origem da *Fraternidade Operária*:

«Esta Associação foi produzida pelos acontecimentos relativos à indústria nos países estrangeiros.

De toda a parte soava a palavra greve, de todas as terras chegavam notícias do movimento

⁵ O escolhido foi o Major José António Morais Sarmiento que esteve até ao triunfo da República (1910) à frente dos destinos da polícia nacional.

⁶ Alves, Ana Maria, (1971), Portugal e a Comuna de Paris, Lisboa, Editorial Estampa, p. 161.

operário. Sentia-se que a classe operária portuguesa estava próxima a precipitar-se desordenadamente no período das reclamações»⁷.

O olhar do movimento operário sobre a polícia reflecte a interpretação dos dirigentes socialistas sobre a própria sociedade liberal. As forças da ordem e sua postura eram vistos como uma resposta do estado liberal às denominadas preocupações da «oligarquia burguesa» referentes à manutenção da ordem pública, da segurança e da disciplina. Esta intitulada «oligarquia burguesa» era um desenho entre os proprietários e capitalistas que constituíam um género de “companhia anónima” que tinha como fim a exploração das camadas trabalhadoras. Uma força social que detinha uma nuclear presença no governo, fazendo com que o regime liberal fosse encarado como uma estrutura policiada, que subsistia pelo recurso à vigilância, repressão e violência, no sentido de conservar os privilégios. Nesta lógica o regime liberal defendia os privilégios da burguesia e dos poderosos «recorre[ndo] à força brutal: organiza os exércitos e a polícia»⁸. De facto o regime liberal dava uma especial atenção ao movimento operário. O mundo liberal comentava e debatia os riscos de uma eventual «desordem» realizada pelas camadas operárias e socialistas. No parlamento esta postura era evidente, por exemplo, em inícios de fevereiro de 1888. Nessa data o deputado Lopo Vaz alertava o ministro da justiça para a necessidade de uma maior atenção por parte das autoridades sobre o movimento operário, pois embora não tivesse dados sobre o número de militantes ao serviço das doutrinas do partido socialista, era importante o estado não esquecer que em «nenhum caso pode permitir-se ou tolerar-se [...] programas ou meios de execução incompatíveis com os limites regulares, isto é, com o estado da legalidade constituída»⁹.

As forças policiais são encaradas pelo movimento operário como uma pura necessidade da burguesia, os bastiões de um regime que, à luz do olhar dos socialistas, preferia dar «cacete do que a instrução»¹⁰. Várias vezes fica demonstrado que os jornais operários não confiavam nas instituições policiais, tratando-as como um simples «bando de marotos»¹¹. A Polícia Civil de Lisboa é vista como uma instituição de tradições de brutalidade e agressividade composta por um bando de desordeiros, ao passo que a Guarda Municipal é encarada como uma autêntica selvajaria, dirigida pelo Barão do Rio Zêzere que era alcunhando como o «barão bruto e barão do chicote»¹². A polícia é fortemente criticada nas páginas dos jornais operários, sendo acusada de

⁷ O Pensamento Social, 20 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 27, p. 3.

⁸ O Pensamento Social, abril de 1872, 1.º ano, N.º 10, p. 1.

⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 10 de fevereiro de 1888, p. 451.

¹⁰ O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1876, N.º 58, 2.º ano, p. 3.

¹¹ O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1876, N.º 58, 2.º ano, p. 3.

¹² O Protesto. Periódico Socialista, junho e 1877, N.º 98, 2.º ano, p. 2.

não proteger os fracos, mas perturbar o pequeno comércio com as suas rusgas e visitas, multar os carroceiros sem matrícula, detenção dos vadios e tentar evitar os enterros civis pois era chamada a intervir em vários casos no sentido de forçar um enterro católico, sendo chamada pelo movimento operário de «polícia paroquial».

«A polícia, essa sophismação do Estado, alarga mais a mais as suas atribuições. Vigia pela moral íntima e legaliza a prostituição: vela pela independência pessoal e passa as cartas de servidão; guarda a propriedade e legaliza o roubo da força-trabalho, único património deixado aos trabalhadores»¹³.

Em finais de Setembro de 1873 um grupo de importantes dirigentes socialistas (Azedo Gneco, Nobre França, António Policarpo da Silva Lisboa, António Henrique Sotto Maior Júdice e António Lúcio Fazenda) e detido em Lisboa por se terem recusado a dispersar e dirigido ofensas à agente da autoridade. No dia seguinte o grupo é escoltado pelos guardas municipais a um juiz, acabando por ser colocado em liberdade depois do pagamento de uma fiança. Todo este processo de detenção é condenado nos jornais operários, afirmando que «a condução dos presos por meio da população, entre escoltas, é uma pena infamante, não imposta pela justiça convencional dos tribunais, mas motivada pela parte da polícia, feita pelo assalariado armado»¹⁴. Em 1888 num comício operário que os jornais afirmam ter juntado mais de 8 mil pessoas, há a informação que «mais de «duzentos polícias espalhavam-se pelo recinto, mostrando as chapas das bonets, destacando-se do fundo negro da multidão»¹⁵. Uma presença que irrita claramente os oradores socialistas, chegando a ser afirmado que a presença policial era inútil nas reuniões operários, sendo urgente o governo reconhecesse que se tratavam de homens em protestos e não crianças. De facto o policiamento vai ser uma constante durante as manifestações públicas operárias. Até a própria simbologia operária é alvo de repressão, caso da proibição do uso do estandarte vermelho pela polícia em algumas manifestações operárias. Como é conhecido pelo trabalho do historiador Carlos da Fonseca¹⁶, as comemorações do 1º de Maio em Portugal eram fortemente policiadas havendo a informação nos jornais operários que no comício do 1º de Maio de 1890 perante milhares de operários o comissário-geral da Polícia (Morais Sarmiento) ocupou

¹³ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 28 de outubro 1888, N.º 339, 6.º ano-24, p. 1.

¹⁴ O Pensamento Social, 4 de outubro de 1873, N.º 55, 2.º ano, p. 1.

¹⁵ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 15 de janeiro de 1888, N.º 300, 5.º ano-88, p. 2.

¹⁶ Fonseca, Carlos da (1990), O 1º de Maio em Portugal 1890-1990 crónica de um século, Antígona.

posição em cima do palco juntamente ao lado dos dirigentes e oradores socialistas, observando essa manifestação de um ponto privilegiado¹⁷.

As próprias reuniões das diversas associações operárias são alvo de um aparato policial, sendo constantemente noticiado nos jornais operários a presença de polícias nas reuniões operárias, como nos locais de trabalho. Quando em Julho de 1872 a classe de calafates de Lisboa (ligada à *Associação Fraternidade Operária*) aprova apresentação de reivindicações relacionadas com o horário de trabalho, evidenciando que em caso de recusa os operários «não prestariam os seus braços para o trabalho»¹⁸, provoca movimentações policiais em torno do arsenal de Lisboa. Os jornais operários não deixaram de noticiar tais acontecimentos como um «aparatoso ato de ostentação da força pública»¹⁹, com a Polícia Civil a marcar presença em força no largo do Pelourinho, vários espiões bisbilhotavam o arsenal, o próprio comandante da Guarda Municipal era vista a circular na Rua do Arsenal e no quartel do Carmo estavam soldados em prevenção. Em 1894, durante uma greve dos operários corticeiros da casa Vialonga o jornal do Partido Socialista escrevia que «a polícia tem feito das suas, prendendo operários sem razão alguma. A polícia em toda a parte [...] está sempre ao dispor do capital e contra o trabalho»²⁰.

Durante a paralisação do trabalho na fábrica de tabaco no Porto, em Março de 1873, a *Fraternidade Operária* acusava a polícia de compactuar e servir os interesses dos proprietários, afirmando categoricamente que a polícia procurava operários para substituir os operários em greve, chegando a deslocar-se «as aldeias próximas do Porto, e arrancar[em um] bom número de crianças às famílias»²¹ no sentido de colocar a fábrica a produzir. Esta acusação de sequestro de menores por parte da polícia que seriam colocados nas fábricas foi levada pelos dirigentes socialistas ao Governador Civil do Porto. Vários casos relacionados com greve e o comportamento da polícia são relatados no jornal, sendo comunicado que por diversas vezes os operários em greve eram provocados pela polícia, que dava ordem de prisão aos trabalhadores apelidando-os de «patifes» e gritava «agarra que é grevista»²².

Os dirigentes socialistas também criticavam a acção e presença da autoridade na vida interna do associativismo operário. Por norma as reuniões da *Fraternidade Operária* eram vigiadas e anotadas por agentes policiais. O órgão oficial da *Fraternidade Operária* dá conta que as sessões da assembleia-geral tiveram a presença do comissário da 3ª divisão policial, um chefe

¹⁷ Confrontar, O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 11 de maio de 1890, N.º 418, VIII ano, p. 2.

¹⁸ O Pensamento Social, 28 de julho de 1872, 1.º ano, N.º 21, p. 1.

¹⁹ O Pensamento Social, 28 de julho de 1872, 1.º ano, N.º 21, p. 1.

²⁰ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 21 de janeiro de 1894, N.º 586, X ano, p. 2.

²¹ O Pensamento Social, 02 de março de 1873, 2.º ano, N.º 46, p. 1.

²² O Pensamento Social, 25 de março de 1873, 2.º ano, N.º 49, p. 1.

de esquadra, um cabo de secção e um agente. O policiamento era realizado no interior das sessões e dos debates do associativismo operário, sendo assim «tomados os nomes dos membros que compõem as mesas»²³, noutras situações o próprio agente recomendava ao presidente da assembleia operária para recompor a ordem e abandonar o debate de certos assuntos. Por outro lado, é afirmado que a polícia se infiltrava, disfarçada de operários, nas assembleias operárias, chegando a ter «a benevolência de apoiarem os oradores»²⁴. Para o movimento operário esta prática policial era um autêntico atropelo a liberdade de associação.

A questão da prostituição (ou das «meretrizes» se quisermos aplicar um termo da época) é abordada por este leque de socialistas portugueses, que mostrava estar atento a documentação oficial, nomeadamente, aos mapas de mapas de 1869, 1870 e 1871²⁵, da autoria da Polícia Civil de Lisboa, referente a prostituição. É um assunto social retratado com enorme preocupação, que provocava vários problemas de salubridade e de saúde pública. Por exemplo, a questão das doenças sexualmente transmitidas eram retratadas nos jornais, por exemplo, como uma causa para a «extinção da raça humana por meio da sífilis»²⁶ devido a prostituição. Os jornais operários afirmavam que as causas para a prostituição seriam os desequilíbrios e desigualdades sociais existentes na sociedade, à inexistência de trabalho digno para a mulher, a falta de instrução, os longos horários de trabalho, mas também a falta de fiscalização dos corpos policiais que, na verdade, eram encarados como habituais clientes das casas de prostituição.

Este olhar com grande carga negativa que paira sobre a polícia e a sua repressão e comportamento não é exclusivamente pertença do mundo e jornais operários. Diversas vezes os socialistas citam outros jornais que elaborava textos criticando as práticas policiais, caso do *Diário da Manhã* e *O Jornal do Comércio*. Inclusive alguns desses artigos aconselhava os leitores a andarem precavidos com algum pau ou revolver, pois ilustravam o polícia como um «homem habilitado para realizar a desordem»²⁷. Anos mais tarde o jornal do *Partido Socialista* escrevia no seu jornal uma violenta ameaça em defesa de alguns princípios democráticos:

«E, se a polícia, o governo, seja quem for, não proceder eficazmente no sentido de garantir a vida dos cidadãos sem distinção de crenças ou de princípios, nos aconselharemos então um remédio eficaz aos que combatem as instituições — previnam-se com um bom revolver e façam saltar os

²³ O Pensamento Social, 13 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 26, p. 4.

²⁴ O Pensamento Social, junho de 1872, 1.º ano, N.º 17, p. 3.

²⁵ Os jornais operários também apresentam e abordam as estáticas elaboradas pela polícia sobre criminalidade, nomeadamente em Lisboa.

²⁶ O Pensamento Social, março de 1872, 1.º ano, N.º 3, p. 2.

²⁷ Citado em, O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1877, N.º 109, 3.º ano, p. 2.

miolos ao primeiro infame que atentar contra a inviolabilidade da nossa existência de homens e da nossa missão de escritores»²⁸.

Não deixa de ser interessante que no próprio parlamento há debates inflamados em torno do papel policial em acontecimentos operários. Por exemplo, em Maio de 1889 o deputado liberal, João Pinto dos Santos, exigia com urgência a presença do ministro do Reino no parlamento para dar explicação sobre a repressão policial num encontro operário em Lisboa: «a fim de dar explicação às cortes sobre o inaudito atentado às liberdades públicas e à segurança dos cidadãos cometido [...] pelas autoridades polícias na cidade de Lisboa»²⁹. Este deputado afirma que ele próprio tinha estado presente nesse comício socialista e, embora não tivesse apreciado os discursos dos oradores socialistas que na sua óptica eram ofensivos para o governo e as próprias instituições, não tinha concordado com o comportamento dos agentes da autoridade que efetuaram uma carga sobre a multidão, acabando o próprio deputado de ser impedido por grupo de polícias de abandonar a zona, sentindo-se atacado fisicamente e verbalmente, contado aos restantes deputados a sua experiência:

«[os polícias] deram-me voz de preso, mas eu que reparei para o tablado e que vi ali o Sr.º Comissário de polícia, Pedroso de Lima, que foi meu condiscípulo, disse aos polícias que me levassem perante ele para me mandar soltar, visto que eu não podia ser preso por ser deputado»³⁰.

Bibliografia

O Pensamento Social: não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres, Direção de José Fontana e Antero de Quental, fevereiro de 1872 - outubro de 1873. Lisboa, Tipografia Futuro - online - <http://purl.pt/24874>

O Protesto Operário: órgão do Partido Operário Socialista, março de 1882 - abril de 1894 - online - <http://purl.pt/24870>

Debates Parlamentares, Imprensa Nacional, 1850-1860.

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional)

Estudos

Alves, Ana Maria, (1971), *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa.

Bastien, Carlos, (1997), "Os primeiros leitores portugueses de Marx economista", *Vértice*, II Série, N.º 79, 34-49.

²⁸ O Protesto. Jornal do Partido dos Operários Socialistas, 18 de dezembro de 1881, N.º 331, 7.º ano, p. 4.

²⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 20 de maio de 1889, p. 765.

³⁰ Câmara dos Senhores Deputados, 20 de maio de 1889, p. 766.

- Cerezales, Diego Palacios, (2011) *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Cerezales, Diego Palacios, (2014), *Estranhos Corpos Políticos: Protestos e Mobilização no Portugal do Século XIX*, Barreiro, Edições Unipop.
- Daniel, Orlando, (1975), "A Primeira Internacional na história do movimento operário europeu", *Análise Social*, Ano 11, Nº 44, 751-775.
- Fonseca, Carlos da, (1990), *O 1º de Maio em Portugal 1890-1990. Crónica de um século*, Lisboa, Edições Antígona.
- Fonseca, Carlos da, (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da, (1978), *A origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*, Lisboa, Estampa.
- Gonçalo Rocha Gonçalves, (2012), *Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910*, Dissertação de Doutoramento, The Open University (Reino Unido).
- Gutman, Herbert G., (1977), *Work, Culture and Society in Industrializing America*, Vintage; Edition Unstated edition.
- Hobsbawm, Eric, (1988), *A Era do Capital*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lázaro, João, (2014), *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*, Lisboa, Chiado Editora.
- Mónica, Maria Filomena, (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, IN-CM/IED.
- Nogueira, César, (1967), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália Editora.
- Póvoa, Marco Roberto Alpande, (2013), *Policiário Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL.
- Oliveira, César, (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.
- Redondo, Jesús de Felipe, (2012), *Trabajadores. Lenguaje y experiencia en la formación del movimiento obrero español*, Genuve Ediciones.
- Rodríguez, Octavio Araujo, (2006), *Esquerdas e esquerdismo: da Primeira Internacional a Porto Alegre*, Porto, Campo das Letras.
- Thompson, Edward Palmer, (1991), *The making of the english working class*, Penguin books.